

## **CARTA ÀS CANDIDATURAS DO DISTRITO FEDERAL**

### **Às Candidatas e Candidatos aos cargos do Executivo e Legislativo no Distrito Federal nas eleições de 2022**

A Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável é uma coalizão que atua em defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA). Nós, do Núcleo DF da Aliança, desenvolvemos ações de incidência no Distrito Federal para fortalecer políticas públicas em prol da saúde e da segurança alimentar e nutricional (SAN).

Frente aos recorrentes ataques, o Núcleo Local da Aliança no DF reafirma seu compromisso com a defesa incondicional da Democracia e dos Direitos Humanos, incluindo a participação e o controle social nas políticas públicas, sendo estes princípios basilares de sua atuação política.

Vivemos, atualmente, um cenário em que a fome, a pobreza e a insegurança alimentar e nutricional vêm aumentando drasticamente no Brasil e no Distrito Federal, evidenciando ainda mais as desigualdades sociais, deixando milhares de pessoas em situação de extrema pobreza. Com o aumento dos preços dos alimentos somando-se ao desmonte de políticas públicas que inviabilizam a garantia dos direitos sociais e humanos, tais como, DHAA e a SAN, nos impõe sérios desafios para a superação dessa conjuntura.

A alimentação é um direito humano ratificado em nossa Constituição Federal e defendemos, nesta carta, que as candidaturas considerem o cenário de fome e pobreza no DF e proponham medidas emergenciais, e, também, mudanças estruturais em suas plataformas para que este quadro seja efetivamente revertido no nosso território.

A fome é um problema complexo e envolve variáveis políticas, sociais e econômicas, provocando um efeito devastador na saúde, na vida e na dignidade das pessoas, famílias e comunidades. A superação da fome requer a articulação de ações e estratégias intersetoriais, conjunturais e estruturais, sendo um compromisso coletivo e uma obrigação do Estado.

Sabemos que o Distrito Federal é marcado por uma grande desigualdade social e territorial. A construção de propostas deve ser sensível a essas questões, cuja relevância está em consonância com a realidade local e nacional, no sentido da proposição de políticas públicas intersetoriais que ampliem e garantam o acesso a alimentos saudáveis e produzidos de maneira sustentável. É importante ressaltar que as medidas propostas de combate à fome não se restringem somente às ações de distribuição de cestas básicas ou de alimentos. O enfrentamento de tais questões exigem ações amplas e estruturantes para o acesso e o incentivo à produção de alimentos.

Nesse contexto, considerando as eleições distritais que se avizinham, o Núcleo DF da Aliança construiu esta Carta-proposta em parceria com diferentes organizações da sociedade civil. Para a construção deste documento, foram realizadas oficinas de escuta, compartilhamento de experiências e levantamento de demandas concretas das organizações locais da sociedade civil, considerando seus contextos, vivências e atuações nos territórios para a garantia do DHAA para a população do Distrito Federal.

Esperamos que estes elementos sejam considerados e incorporados nos planos das candidaturas como uma forma de assegurar os direitos sociais da população do DF e de demonstrar que este tema é prioritário como recurso fundamental para a vida.

Colocamo-nos à disposição para o diálogo com as candidaturas, não somente durante o período eleitoral, mas também ao longo da execução de seus mandatos (aos que se elegerem). Abaixo estão as propostas validadas por todas as organizações envolvidas.

## **PROPOSTAS**

**Eixo 1-** Fortalecimento dos processo de gestão das políticas e programas visando a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada

- Garantir o protagonismo da sociedade civil que atua nos espaços de controle social dos Conselhos de Políticas Públicas, tais como o Conselho de Segurança Alimentar do Distrito Federal (CONSEA-DF), o Conselho de Alimentação

- Escolar (CAE-DF), o Conselho de Assistência Social (CAS-DF), a Câmara Setorial de Agroecologia e Produção Orgânica (CAO-DF) entre outros; como instâncias deliberativas para o conjunto de políticas relacionadas à alimentação e nutrição;
- Fortalecer a governança do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no DF (SISAN-DF) por meio da efetiva implementação da Lei Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional do DF (LOSAN-DF) e das instâncias que integram o sistema como o CONSEA-DF e Câmara Intersetorial de SAN (CAISAN-DF);
  - Garantir a realização da VI Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal em 2023, com ampla participação da sociedade civil;
  - Implementar o III Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional (PDSAN), elaborado a partir das diretrizes da V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal;
  - Fortalecer a interlocução entre políticas e programas de SAN para fortalecer a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) no Distrito Federal em consonância com a Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional (PDSAN) e com a Política Distrital de Alimentação e Nutrição (PDAN);
  - Fortalecer a Assistência Social e o papel do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na garantia do DHAA a partir de uma maior integração junto aos sistemas de saúde e educação.

**Eixo 2 - O Fortalecimento de ações e serviços que atuam na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional**

- Implementar no Distrito Federal o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Doença Celíaca, aprovado pela Portaria nº 1.149 de 11 de novembro de 2015, em especial, as ações que visem melhorar o atendimento de pessoas celíacas em ambientes escolares e hospitalares, na garantia de uma alimentação adequada e saudável;

- Ampliar por meio de concursos públicos o número de profissionais de saúde e da assistência social bem como promover sua formação continuada para ação em políticas públicas;
- Garantir recursos do orçamento do Governo do Distrito Federal para ampliar o alcance das políticas públicas de aquisição de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA-DF);
- Desenvolver ações de comunicação social que promovam a Educação Alimentar e Nutricional em consonância com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para Crianças Brasileira menores de 2 anos;
- Promover e ampliar o acesso aos equipamentos públicos de SAN, como dos restaurantes comunitários e bancos de alimentos;
- Desenvolver e financiar iniciativas junto à sociedade civil de cozinhas populares nas regiões periféricas do Distrito Federal.

**Eixo 3** - Proteger e promover o ambiente escolar para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional

- Ampliar o orçamento distrital do PNAE, para melhorar a estrutura e equipamentos das cozinhas escolares públicas, bem como a valorização, capacitação e ampliação da equipe de profissionais de alimentação;
- Conforme estabelece a lei nº 11.947 de 2009, garantir que, no mínimo 30% do recurso do PNAE seja utilizado com a aquisição de produtos da agricultura familiar, e ampliar anualmente e progressivamente essa porcentagem de compra;
- Estabelecer metas com o controle social para a execução da Lei nº 7075/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar nas unidades da rede de ensino público do Distrito Federal e dá outras providências;
- Garantir o adequado funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar no exercício das atividades de fiscalização e monitoramento nas escolas do DF relativo ao cumprimento da Lei nº 12.982/2014, que “determina o provimento de

alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica”;

- Garantir orçamento específico do PNAE/DF para atividades educação alimentar e nutricional junto à comunidade escolar;
- Implementar e fiscalizar a execução da Lei nº 13.666/2018, para que as escolas públicas e privadas incluam o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar;
- Garantir processos e equipes que atuem na fiscalização das escolas do DF a execução da Lei nº 5.146 de 2013 através do decreto nº 36.900 de 2015 que “estabelece diretrizes para a promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas da rede de ensino no DF e restringem o acesso a guloseimas e bebidas açucaradas”.

#### **EIXO 04 - Implementação de medidas que estimulem escolhas e práticas alimentares saudáveis pela população**

- Criar medidas que reduzam impostos de alimentos *in natura* e minimamente processados;
- Garantir a oferta e distribuição de alimentos adequados e saudáveis pelos bancos de alimentos no Distrito Federal, estimulando a articulação principalmente junto aos agricultores e agricultoras familiares e suas organizações;
- Regulamentar a proibição da compra, oferta e distribuição de alimentos ultraprocessados nos restaurantes populares e bancos de alimentos do DF;
- Ampliar a oferta de ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional em consonância com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de 2 anos na Atenção Primária à Saúde e nos CRAS do Distrito Federal ;
- Garantir o acesso permanente à água potável e saneamento básico público em todas as áreas urbanas e rurais e em 100% das escolas públicas, priorizando as regiões em situação de vulnerabilidade tendo como referência o índice da CODEPLAN;

- Implementar projetos de educação ambiental que promovam a conscientização dos diferentes setores sobre a importância e o valor da água potável como um direito humano e que protege e promove a cidadania.

**Eixo 5-** Incentivo e apoio à produção e comercialização local de alimentos adequados e saudáveis, priorizando a agricultura familiar e a produção de base agroecológica

- Formular e implementar uma política de compras institucionais de alimentos para o DF, a partir do diálogo com a Sociedade Civil, que estimule a produção da agricultura familiar e o consumo de alimentos saudáveis;
- Regulamentar, mapear, divulgar e estimular as Feiras Livres no Distrito Federal;
- Formular e implementar uma política de abastecimento alimentar para o fortalecimento dos equipamentos convencionais de abastecimento locais;
- Garantir o aumento do financiamento da agricultura familiar e da agroecologia no Distrito Federal;
- Garantir a capacitação de agricultores e agricultoras familiares para a produção de alimentos agroecológicos, adequados, saudáveis, em temas como: produção de bioinsumos; gestão da propriedade; associativismo e cooperativismo; controle ecológico de insetos e doenças; sistemas agroecológicos e agroflorestais; organização da produção; acesso aos programas de compras institucionais;
- Construir a partir das Feiras Livres e de outras formas de abastecimento, a inclusão e o estímulo à Economia Solidária e a oferta de produtos in natura, minimamente processados e processados do campo e da cidade;
- Fortalecer e ampliar as experiências de agricultura urbana no DF;
- Adequação dos marcos legais face à realidade dos pequenos empreendimentos e da produção artesanal visando a inclusão socioproductiva de pequenos grupos familiares e comunitários;
- Fortalecer a economia da sociobiodiversidade do Cerrado, a partir de políticas públicas voltadas para Assistência Técnica e Extensão Rural, mercados institucionais, comercialização, desenvolvimento territorial e crédito rural

prioritários para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares do DF;

- Estimular a produção diversificada e consorciada de alimentos, a partir do apoio e incentivo a sistemas agroalimentares biodiversos tais como: sistemas agroflorestais, agroecologia, sistemas agrocerradenses, quintais produtivos, interação lavoura-pecuária-floresta, dentre outros.

Brasília, 10 de agosto de 2022

#### **ASSINAM ESTA CARTA**

1. Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável
2. Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília - OPSAN - UnB
3. Comitê DF/RIDE/GO da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida
4. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes
5. Núcleo de ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia - NEA - UnB
6. Centro de Gestão e inovação para a Agricultura Familiar - CEGAFI-UnB
7. Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial - RETE
8. Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD
9. Movimento Brasil Popular
10. Associação dos Celíacos do Brasil - Acelbra
11. Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN
12. WWF Brasil
13. Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares - RNMP
14. Associação Alternativa Terrazul
15. Conselho Regional de Nutrição, 1ª Região - CRN 1
16. Conselho de Segurança Alimentar do Distrito Federal - Consea DF
17. Slow Food Cerrado
18. Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM



**Aliança pela Alimentação  
Adequada e Saudável**

**Núcleo Distrito Federal**

19. Coletivo Florestal Cagaita
20. Núcleo de Estudos Agrários - NEAGRI - UnB
21. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno - FETRAF DFE
22. Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
23. Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
24. Coletivo Mais de Nós